

Ata da Sétima Reunião Ordinária do Segundo Período Legislativo, realizada no dia 13 de setembro de 2022, sob a presidência da Vereadora Cristiane Oliveira de Carvalho dos Santos e secretariada pelos Vereadores Jafé Lopes Ferreira e Celso Cleiton Santos Silva. Às dezessete horas (17:00h), do dia 13 de setembro do ano de dois mil e vinte dois, na Câmara Municipal de Cortês, teve lugar a sétima reunião ordinária do segundo período legislativo. Compareceram os Vereadores: Cristiane Oliveira de Carvalho dos Santos, Celso Cleiton Santos Silva, Ivo Severino da Silva, Jafé Lopes Ferreira, José Antônio de Araújo, Josenildo Pedro Farias, Josinaldo Silva do Nascimento e Leticia Nascimento Borba, registra-se a ausência do vereador Ademir Alves da Silva. Havendo número regimental a Senhora Presidente rogando a proteção de Deus e em nome da Comunidade, declara aberto os trabalhos da presente reunião, onde na ocasião, foi solicitado ao Vereador Josinaldo para fazer a leitura de um versículo da Bíblia, a qual leu no livro de Provérbios capítulo 6(seis) e versículo 20 (vinte). Logo após o 1º Secretário da Mesa o Vereador Jafé Lopes fez a leitura da Ata da reunião anterior, em seguida a senhora presidente colocou a ata em discussão e votação, tendo sua aprovação por unanimidade. Não havendo **CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS** a serem lidas, a senhora presidente comunica que em comum acordo com o plenário não haveria **EXPEDIENTE** em virtude de estarem presentes os representantes do INTERPE, atendendo seu convite para que fossem prestados alguns esclarecimentos, sobre a acusação feita pela Vereadora Letícia na reunião anterior de que o lterpe estaria perseguindo o Vereador Josinaldo e por se tratar de uma entidade respeitadíssima e de grande relevância em todo Estado de Pernambuco bem como ao Vereador Josinaldo que tem prestado um grande serviço aos agricultores de Cortês. E nesse interim, passou-se para o **GRANDE EXPEDIENTE**, e na oportunidade a senhora presidente apresentou o senhor Jorge Luiz advogado do INTERPE, senhor Cleodon Ricardo, gerente de crédito fundiário e o senhor Bartolomeu Vieira, Coordenador jurídico do respectivo órgão estadual, na ocasião a senhora presidente solicitou dos vereadores Josinaldo, Ivo Severino e

Josenildo Pedro para recepcionar os representantes do INTERPE e conduzi-los até o plenário. Em seguida faculta a palavra ao senhor Cleodon Ricardo para fazer suas considerações iniciais e o mesmo cumprimenta a todos e agradece pelo convite e fala sobre a história do INTERPE, sua organização e seus projetos no crédito fundiário no Estado de Pernambuco. Abrindo a sessão de questionamentos, a Vereadora Cristiane perguntou ao senhor Cleodon se haveria a existência de alguma denuncia por parte dela, do ex-prefeito Geninho ou qualquer outro cidadão de Cortês contra o Vereador Josinaldo. Em resposta o senhor Cleodon falou que o INTERPE não tem legenda partidária ou uma cor ou bandeira política, atende a todos. Logo, o INTERPE não persegue ninguém e o que aconteceu em Cortês foi uma consequência de uma visita técnica de Brasília em Cortês que fez um relatório no mês março sobre uma denuncia feito no MAPA (Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e foi deixado um questionário para ser respondido obedecendo alguns critérios técnicos para cumprir o que manda os manuais do programa e que não houve nenhuma denúncia registrada por alguém de Cortês. Em seguida o Vereador Jafé usando a palavra questionou sobre a questão da denúncia que não foi feita no INTERPE e sim a nível federal e o senhor Cleodon explica que na verdade não foi uma denuncia e sim um relatório que foi constatado uma inconsistência na execução do programa e citou como exemplo o plantio de cará, milho, abacaxi até porque cada projeto precisa ser supervisionado porque é recurso federal e o estado faz apenas a execução do programa e sobre a questão de Josinaldo já foram tomadas algumas providências principalmente de área burocrática. Logo após, Vereador Josinaldo usando a palavra falou de sua experiência junto às associações, falou da idoneidade do INTERPE e perguntou sobre as denúncias feitas contra ele e se a polícia federal entraria no caso para prender Josinaldo como foi falado nas redes sociais. O senhor Cleodon respondeu isso não seria o caso até porque estaria dando o primeiro passo que uma comissão de sindicância e o resultado dessa sindicância será encaminhado a Brasília e se não obedecer a todos os critérios será feita uma tomada de contas especial e até

chegar ao caso precisa ser dado vários passos como exemplo a análise do recursos como foram investidos e onde foram investidos e a intenção do INTERPE é solucionar todos os questionamentos propostos por Brasília e não prejudicar Josinaldo. Vereador Josinaldo falou que toda documentação relacionado a prestação de contas já estavam prontas e falou também que no INTERPE existe uma equipe técnica e jurídica responsável para fazer uma avaliação e liberação de recursos para uma comunidade e falou da gestão anterior do INTERPE cuja prestação de contas não estavam lá e ele pergunta o porquê de uma autarquia liberar um projeto e não fiscalizar e quando chega o pessoal de Brasília não encontra essas informações no INTERPE e pede para que as associações comprove que essas prestações de contas foram entregue e ele pergunta como é que depois de um ano ou ano e meio vem o pessoal de Brasília querendo uma prestação de contas se o cará é apenas seis meses, a macaxeira são sete meses entre outras culturas e a equipe perguntou sobre os recursos que foram investidos e ele respondeu que não plantou cultura perene e sim culturas de ciclos curtos e mostrou os laudos técnicos que foram feitos no coletivo por técnicos e que um outro técnico faria o laudo individual por Brasília não aceitar aquele primeiro modelo, inclusive ele falou também de empresas e setor jurídico que deixaram a desejar o agricultor até porque o erro não começou do agricultor que é o que tem menos conhecimento e sim das instituições responsáveis que precisam ter as informações necessárias e dizer que vai fazer juntos pelo agricultor que é o que mais sofre. E ainda sobre as denúncias Geninho não iria usar o nome do INTERPE para se promover politicamente e que tentaram prejudicar o trabalho de Josinaldo e manchar o nome do INTERPE. Argumentou também sobre a entrega dos títulos de Capivara II e Capivara IV, onde o senhor Cleodon falou que tudo é no passo-a-passo e que semana que vem já vem uma equipe do INTERPE para fazer uma supervisão nas comunidades citadas acima, vai fazer um relatório e tentar solucionar o problema, o intuito do INTERPE não é punitivo e se tiver alguma inconsistência tem que constar no relatório e o foco hoje é Capivara III. E sobre os títulos de Capivara II e Capivara

IV? Pergunta Josinaldo. E como resposta o Cleodon fala que vai falar pela sua gerência que assumiu recentemente e que da parte dele não solicitou nenhum documento. Josinaldo fala mais uma vez dizendo que as escrituras foram entregues por ele e Henrique Queiroz em 2021 até porque comentaram que iriam entregar os títulos dessas terras tentando prejudicar Geninho, o INTERPE e a pessoa de Josinaldo. Nesse interim, Vereadora Cristiane fala que esse assunto também não partiu da parte dela e muito menos de Geninho e lembrou na ocasião, o primeiro assentamento que foi Gurjaú, do trabalho incansável de Geninho junto com Josinaldo, quando era o ProRural e que conseguiram muitos projetos desde a época de Miguel Arraes trazendo casas, eletrificação rural e ela sabe muito bem como é a prestação de contas e que muitas vezes sofre fiscalização e foi uma grande conquista pra Cortês quando Henrique Queiroz assumiu o INTERPE. Vereador Josinaldo também questionou sobre o Engenho Diogo e o Engenho Cobra, porém, o Engenho Cobra não deu certo porque as pessoas não tiveram paciência e venderam suas posses e que está fazendo parceria com uma empresa e essa empresa só pode tomar iniciativa de colocar no sistema quando os herdeiros entregarem o inventário e sua dúvida é: se é o INTERPE ou a empresa que faz essa intermediação quanto a regularização da terra. Em resposta o senhor Cleodon falou que as regras mudaram ao longo do tempo e que uma dessas mudanças foi que o INTERPE não recebe mais nenhuma folha de papel e tudo tem que ser feito via empresa de assistência técnica e que a primeira fase do programa é a mobilização dos agricultores, as assinaturas e a documentação dos agricultores, a cópia da escritura e outros documentos mais e o INTERPE só começa a trabalhar quando todo o check list do sistema é cumprido e se houver alguma inconsistência atrasa o processo até porque o projeto precisa ser bem analisado para ver se o agricultor vai ter condições de sobrevivência. E aconselhou aos agricultores para quando for escolher uma empresa, escolham uma empresa idônea que conheça a realidade local também. Vereadora Cristiane também perguntou se existe algum custo para os agricultores que serão contemplados com a primeira terra. O

senhor Cleodon respondeu que não e tudo já vem incluído no subprojeto de investimento básico (SIB) inclusive os custos cartoriais tanto coletivo e individual. E que o papel do INTERPE hoje é a questão de segurança e supervisão para que os agricultores não venham a ficar inadimplentes e que venham a ter alguma dificuldade bancária e citou o exemplo de pessoas que usam a boa fé e prometem aquilo que não podem cumprir, ou seja, vendendo facilidades sem a capacidade técnica de fazer a execução. E quanto ao pagamento, Vereador Josinaldo perguntou se a pessoa adquire a terra e quando chegar ao cartório o banco já devolve o dinheiro pra o agricultor? O senhor Cleodon respondeu que é um processo e que o mesmo ainda está em mudança. Quem já adquiriu antes do SIB continua o processo antigo e quem adquiriu após o SIB segue a nova regra. Com a oportunidade, Vereador Josenildo questionou sobre o Engenho Diogo se continua em análise, se já tem uma posição sobre esse engenho. O senhor Cleodon respondeu que já foi dado andamento no processo e que houve um problema no documento do proprietário e que umas das condições principais a ser observada é se a propriedade está desembaraçada, não pode estar hipotecada, não pode estar em fase de inventário, que venha mais tarde prejudicar o proprietário trazendo prejuízo talvez não financeiro e sim o da esperança. Até porque o programa só traz benefícios uma vez que o agricultor pagando em dia terá quarenta por cento (40%) de desconto em suas mensalidades. Usando a palavra Vereador José Antonio agradeceu e parabenizou aos visitantes pelos seus esclarecimentos serem de grande valia. Em suas considerações finais, senhor Cleodon agradeceu ao convite feito pela Presidente Vereadora Cristiane e que o INTERPE está de portas abertas ao povo de Cortês. Logo após a senhora presidente comunicou aos presentes que o Edital de Convocação para a eleição da Mesa Diretora da Câmara de Cortês, para o Biênio 2023/2024, já estava pronto e seria publicado no Quadro de Avisos, em seguida comunicou que em acordo com os pares, comunicou que não haveria as **COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES** e não havendo mais nada a tratar deu por encerrada a presente reunião e

convocando a todos para próxima sessão ordinária que se realizará no dia 20 de setembro, conforme o horário regimental. Eu, _____, Jafé Lopes Ferreira, na qualidade de 1º Secretário, autorizei a lavratura da presente ata, que dato, assino e submeto a apreciação do plenário. Câmara Municipal de Cortês, em 13 de setembro de 2022.